

Título do capítulo	CAPÍTULO 8 ASPECTOS DA EVOLUÇÃO REGIONAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO BRASIL (2002-2018)
Autor(es)	Fernando César de Macedo Leonardo Rodrigues Porto
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350516cap8

Título do livro	Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas
Organizadores(as)	Aristides Monteiro Neto Lucileia Aparecida Colombo João Mendes da Rocha Neto
Volume	1
Série	-
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2023
Edição	1a
ISBN	9786556350516
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350516

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ASPECTOS DA EVOLUÇÃO REGIONAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO BRASIL (2002-2018)¹

Fernando César de Macedo²
Leonardo Rodrigues Porto³

1 INTRODUÇÃO

Neste início do século XXI, a dinâmica regional brasileira foi influenciada por diversos fatores que não se relacionam com as políticas de desenvolvimento territorial, em particular com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).⁴ Entre esses fatores, cabe destacar quatro que se relacionam aos objetivos deste texto: i) a ampliação dos postos de trabalho e a queda do desemprego; ii) o aumento da formalização do mercado de trabalho no Brasil; iii) a ampliação do poder de compra da força de trabalho formalizada; e iv) o aumento real do salário mínimo. Tais fatores tiveram importância para a retomada do crescimento da economia brasileira em alguns períodos deste século. Com isso, reverteu-se o quadro de baixo desempenho verificado nas duas décadas anteriores.

Nos anos 1990, a orientação de políticas neoliberais impôs uma reestruturação produtiva e econômica que afetou as condições de trabalho. Destacam-se o aumento da flexibilização do trabalho, associado às terceirizações que se avolumaram no contexto da reestruturação produtiva; o aumento da concorrência externa pela abertura indiscriminada e não planejada da economia brasileira; e a intensificação do processo de privatizações. As taxas de desemprego apresentaram tendência ascendente, em especial após a implementação do Plano Real (1993-1994) e das reformas que o seguiram,⁵ além do evidente aumento da informalidade (Krein e Manzano, 2014). Apenas a partir de 2003 essa tendência se reverteu, em decorrência de um quadro favorável da economia brasileira até o ano de 2008.

1. Uma versão ligeiramente modificada deste capítulo foi publicada na revista *Semestre Económico*, da Universidade de Medellín, da Colômbia (Porto e Macedo, 2021).

2. Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp); pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (Cede); e pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea). *E-mail*: <fcmacedo@unicamp.br>.

3. Doutor em desenvolvimento econômico pelo IE/Unicamp; e pesquisador bolsista de pós-doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). *E-mail*: <lnrdporto@gmail.com>.

4. Uma discussão sobre os principais determinantes da dinâmica regional brasileira neste século pode ser encontrada em Macedo e Porto (2018).

5. As taxas de desemprego no Brasil começaram a cair a partir de 2004.

Ao lado dos quatro fatores mencionados, outros foram decisivos para a retomada do crescimento do mercado interno nos anos 2000, com destaque para o aumento do consumo das famílias. Políticas como a ampliação do crédito e a expansão do investimento público e privado, além do barateamento dos bens industriais pelo aumento das importações, fizeram com que o consumo das famílias – em especial, aquelas de baixa renda – crescesse acima do produto interno bruto (PIB) brasileiro, alterando sua composição na demanda agregada pós-2006 (Amitrano, 2015). Além disso, observou-se o crescimento da participação da renda do trabalho na renda nacional. Por essa razão, Baltar *et al.* (2010) consideram o período de 2004 a 2013 como de crescimento com inclusão social. Já Bielschowsky (2012) aponta o período como de crescimento com redistribuição de renda pela via do consumo de massa.

Não obstante, a análise agregada empreendida nos estudos sobre o mercado de trabalho não possibilita compreender as especificidades espaciais desse movimento. Com efeito, o desempenho de cada região apresenta características próprias, sobretudo quando observado em diferentes escalas regionais. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar a evolução regional do emprego formal no país entre os anos 2002-2014 e 2015-2018. Procurou-se discutir as especificidades da reativação do mercado de trabalho e o seu impacto regional na geração de empregos, segundo diferentes escalas espaciais e conforme os setores de atividades mais expressivos nessas escalas.

Na próxima seção, há uma breve caracterização do quadro macroeconômico do período e suas repercussões tanto espaciais quanto no mercado de trabalho. Além disso, discute-se a evolução do produto e dos principais setores de atividade captados pelas Contas Regionais e pelo PIB municipal. Nas seções seguintes, discute-se a evolução do emprego formal no Brasil entre os anos 2002-2014 e 2015-2018, em diferentes agregações regionais.

2 O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI E SUA DIMENSÃO ESPACIAL

A partir do ano de 2003, o mercado de trabalho no Brasil reverteu o péssimo desempenho verificado nos anos 1990. A demanda internacional de *commodities* e a elevação de seus preços até a crise mundial de 2007, bem como as políticas anticíclicas pós-2008, mantiveram o crescimento da economia brasileira. As condições macroeconômicas mais favoráveis na primeira década deste século, em comparação aos anos 1990, possibilitaram ações que sustentaram sua trajetória de crescimento. Após a deflagração da crise mundial, o crescimento continuaria, mas em ritmo menor. A partir de 2014, no entanto, observa-se a reversão desses indicadores.

Na tabela 1, evidenciam-se os fatores determinantes do crescimento da economia brasileira entre 2000 e 2019; além disso, destaca-se o desempenho das exportações no período 2003-2008. Depois, com a crise e a queda do preço das *commodities*, o consumo das famílias passa a ter destaque, beneficiando-se da ampliação do crédito ao consumidor e da maior capilaridade dos bancos públicos, com abertura de novas agências. Entre 2008 e 2013, também se observa o crescimento da formação bruta de capital fixo (FBCF), que teve forte componente do gasto público com obras de infraestrutura e investimentos do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV); já a partir de 2014, é possível verificar a retração do PIB. Entre 2014 e 2019, apenas as exportações tiveram desempenho positivo; ainda assim, muito abaixo do que se verificou até 2008.

TABELA 1
Brasil: taxa média anual de crescimento da demanda agregada (2000-2019)
(Em %)

Demanda	Períodos				
	2000-2003	2003-2008	2008-2013	2008-2014	2014-2019
PIB a preços de mercado	1,9	4,8	3,2	2,8	-0,6
Consumo das famílias	0,5	5,3	4,5	4,1	-0,3
Consumo do governo	2,7	3,1	2,6	2,3	-0,4
FBCF	-1,4	8,2	5,6	3,9	-4,8
Exportações	8,9	7,0	1,7	1,2	2,8
Importações	-3,8	14,4	7,8	6,1	-2,1

Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A renda média *per capita* no país também cresceu no período pós-2003. Têm destaque as regiões Nordeste e Centro-Oeste, cujo desempenho foi acima da média nacional, conforme demonstrado por Macedo, Pires e Sampaio (2017), o que influenciou as taxas de crescimento do consumo das famílias no agregado Brasil. O crescimento do consumo e da renda média ficaram bem acima do verificado para os anos 1980 (da crise da dívida) e 1990 (do ajuste neoliberal). A elevação da renda pós-2003 derivou do crescimento econômico, da formalização do emprego e das políticas de transferência de renda. Em consonância com a ampliação do crédito às famílias, verificou-se elevação do consumo, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, que apresentaram desempenho superior ao das regiões Sul e Sudeste, medido pelo índice de vendas no varejo (Macedo, Pires e Sampaio, 2017).

Em relação à FBCF, os investimentos públicos também tiveram importância regional. As participações das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste na carteira de investimentos superaram suas participações no PIB brasileiro (Macedo, Pires e Sampaio, 2017), em aderência ao modelo exportador do país centrado em

commodities. Os gastos públicos em logística e transportes tiveram alta participação nessas três regiões. Além do estímulo à demanda agregada, esse tipo de gasto teve relevância para a redução dos custos de transportes – necessários ao aumento da competitividade sistêmica, em função da pauta exportadora do país.

De acordo com Macedo (2015), esses investimentos também contribuem para a estruturação regional e urbana no país, já que na rede urbana e nos espaços intraurbanos dos municípios afetados emergem novas centralidades. É o caso do crescimento das cidades ao longo da BR-163 e seus papéis para a circulação da cadeia de carne e grãos. Elas promovem a reorganização interurbana, com cidades assumindo novas funções na rede urbana, relacionadas às infraestruturas constituídas. Os investimentos nos portos do Arco Norte,⁶ por exemplo, trarão mudanças significativas na organização do espaço regional da região Norte, ao possibilitar nova espacialização na circulação das exportações com menor dependência dos portos do Sul e do Sudeste.

Apesar da redução no ritmo de crescimento pós-2008, as exportações continuaram desempenhando papel relevante na organização do espaço regional e urbano brasileiro. Ao longo das últimas décadas, o crescimento das exportações ampliou o grau de abertura da economia brasileira e de todas as suas regiões. Do mesmo modo, ampliou a produção e a circulação de mercadorias pelo interior do Brasil, que passou a crescer acima da média de sua economia (Macedo e Porto, 2018). Em grande medida, esse desempenho foi puxado pela produção agroindustrial e mineral voltada para o atendimento do mercado mundial.

A geração de divisas advindas do interior do Brasil contribuiu para garantir uma capacidade de importação que sustentasse a ampliação do consumo no período pós-2008 (Macedo, 2010). Hoje, o interior do país funciona como plataforma territorial de geração de divisas, em parte drenadas para o consumo nos maiores centros urbanos. De acordo com Macedo e Porto (2021), ampliou-se a participação das microrregiões (MRGs) do interior do Brasil no valor total das exportações. Os municípios classificados nos menores níveis da hierarquia urbana do país foram os que mais ampliaram sua participação no total das exportações brasileiras. Esses municípios estão em áreas ligadas ao agronegócio (no Centro-Oeste e no Norte do país) e à indústria extrativa (por exemplo, no sudeste do Pará). Como são áreas de crescimento da população urbana, a pressão sobre os municípios é crescente.

No período 2003-2014, a desconcentração produtiva regional no país obedeceu tanto ao ritmo de crescimento das atividades econômicas quanto aos resultados das políticas públicas implementadas pós-2003. O avanço da fronteira agromineral resultou em ganhos de participação das regiões Norte (+3,4 pontos percentuais – p.p.)

6. O Arco Norte compreende portos hidroviários ou estações de transbordos dos estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão.

e Centro-Oeste (+1,5 p.p.) no valor adicionado bruto (VAB) total da agropecuária brasileira. Com a indústria extrativa, a região Norte apresentou ganho no total do país de 2,1 p.p., puxado pelo crescimento da exploração mineral no sudeste do Pará.

A indústria de transformação seguiu tendência de desconcentração, mas deve-se considerar sua participação na composição do PIB brasileiro: caiu de 16,9% em 2003 para 12,0% em 2014. Seu desempenho foi melhor no período 2003-2008, quando o crescimento da economia esteve mais atrelado ao desempenho do setor externo e cresceu à taxa média de 4,2% ao ano (a.a.). No período seguinte (2008-2013), o desempenho da indústria de transformação foi sofrível, com taxa média anual de 1,0%, ou seja, as importações responderam mais rapidamente ao consumo interno, mantendo elevadas as taxas de crescimento no período.

As dificuldades na indústria de transformação se agravaram por maior concorrência externa e por seus problemas estruturais. Também foram afetadas pelo acirramento da guerra fiscal de caráter mercantil. A chamada “guerra dos portos” (Macedo e Angelis, 2013), sob o argumento de estimular os estados portuários fora de São Paulo, gestou mecanismos de financiamento das importações que colocaram dificuldades para a indústria localizada no Brasil. A crise na indústria de transformação tem também uma dimensão espacial, dada sua ocorrência nos maiores centros urbanos do país.

Em relação ao papel das políticas públicas, a ampliação do crédito e o crescimento do número de agências e de postos de atendimento do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal facilitaram os financiamentos do consumo da população de baixa renda. O crescimento das participações do Norte (+0,6 p.p.), do Nordeste (+1,6 p.p.) e do Centro-Oeste (+1,3 p.p.) no VAB nacional das atividades financeiras decorre, provavelmente, desse movimento de expansão dos bancos públicos, pois nelas estão contabilizados os totais das operações financeiras localizadas em cada município.

A tabela 2 apresenta a distribuição setorial do PIB de acordo com as regiões brasileiras. Destacam-se a queda da participação do Sudeste no VAB da indústria de transformação do Brasil (-4,6 p.p.) e o crescimento das participações do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste no VAB da construção civil – nesse caso, refletindo os investimentos desconcentrados das obras de infraestrutura e do MCMV. O setor da construção civil foi um grande gerador de empregos no período em todas as regiões do país.

TABELA 2
Distribuição setorial do PIB, por macrorregião (2003 e 2014)
 (Em %)

Atividade econômica	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	2003	2014	2003	2014	2003	2014	2003	2014	2003	2014
Agropecuária	7,7	11,1	19,8	17,9	24,3	23,8	30,6	28,1	17,6	19,1
Indústria extrativa	7,0	9,1	12,3	6,3	77,5	82,5	1,6	1,0	1,7	1,2
Indústria de transformação	4,5	4,4	9,1	9,1	61,0	56,4	21,6	24,3	3,9	5,7
Serviços industriais de utilidade pública (Siup)	5,1	7,4	15,0	16,3	52,3	44,8	17,4	19,4	10,2	12,1
Construção	5,4	6,8	14,6	18,3	56,7	50,7	15,6	14,6	7,8	9,6
Comércio	5,3	5,1	14,1	15,7	49,7	50,8	21,7	18,9	9,2	9,4
Transporte, armazenagem e correio	4,0	4,0	11,7	11,2	60,6	62,8	18,1	15,5	5,6	6,5
Alojamento e alimentação	5,0	4,9	15,3	17,8	58,6	56,9	14,1	12,2	6,9	8,3
Informação e comunicação	1,9	2,0	10,2	7,9	68,8	70,5	12,3	13,4	6,8	6,3
Atividades financeiras	1,2	1,8	5,8	7,1	73,1	69,1	10,7	11,5	9,2	10,5
Atividades imobiliárias	5,2	5,0	13,9	15,2	55,9	54,5	17,1	16,6	7,8	8,6
Serviços às empresas	2,1	3,0	9,6	12,0	67,0	64,5	14,1	13,3	7,1	7,3
Administração pública	7,3	8,2	19,2	21,1	45,2	41,8	13,1	13,8	15,2	15,2
PIB	4,7	5,3	12,8	13,9	56,5	54,9	17,1	16,9	8,9	9,4

Fonte: Contas Regionais/IBGE.

A desconcentração produtiva em direção ao Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste deixou de ocorrer apenas em duas atividades econômicas: i) informação e comunicação, cuja concentração crescente no Sudeste reforça o padrão de divisão territorial do trabalho no Brasil, em relação às atividades de maior resistência à desconcentração regional; e ii) transporte, armazenagem e correio, que apresentaram, no entanto, aumento de participação no agregado Brasil como provável reflexo da maior circulação promovida pelo modelo primário-exportador de *commodities*. A região Centro-Oeste, em decorrência da maior circulação de transporte e do crescimento da rede de armazenagem, ampliou sua participação, passando de 5,6% do total nacional para 6,6% nesse período.

Outro aspecto importante é o crescimento de participação das atividades terciárias no Brasil e em suas regiões. Para o país, o setor terciário passou de 65,8% do total do VAB em 2003 para 71,2% em 2014, com destaque para a atividade de comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas, que saltou de 9,5% do total do VAB em 2003 para 13,6% em 2014, refletindo o aquecimento do mercado interno e a ampliação do consumo das famílias. Na região Nordeste, o VAB de serviços passou de 66,7% para 74,3% do VAB total no período indicado, enquanto a região Sul passou de 58,6% para 65,6%.

Também foi no Nordeste que as atividades de comércio mais expandiram a participação no VAB regional (+4,8 p.p.).

A indústria de transformação foi a atividade que mais perdeu participação nas estruturas produtivas brasileiras e regionais, pelos motivos já assinalados. No Brasil, a perda foi de 4,9 p.p. na composição do total do VAB, entre 2003 e 2013. Entre as regiões, as cifras foram de: -5,9 p.p. no Norte, -3,9 p.p. no Nordeste, -6,0 p.p. no Sul e -0,2 p.p. no Centro-Oeste. As diferentes estruturas produtivas exigem estudos específicos para entendimento desse processo em cada região do país.

Em relação ao nível de hierarquia urbana, destaca-se a perda de participação das metrópoles no total do PIB brasileiro, entre os anos de 2002 e 2014 (Macedo e Porto, 2021). Verificou-se o crescimento da participação dos centros de zona e centros locais e das cidades que assumem papel de intermediárias na rede urbana brasileira (capitais regionais e centros sub-regionais). O fenômeno é mais intenso nas regiões onde a fronteira agrícola avança, criando dinâmicas específicas sobre cidades menores que, embora de reduzido tamanho populacional, passam a ter maior relevância em seu espaço sub-regional.

O quadro de crescimento econômico, aumento do emprego, formalização crescente e estabilização de preços aumentou a participação da renda do trabalho no PIB nacional. Os dados das Contas Nacionais indicam participação crescente dos salários no PIB a partir de 2004, quando era de 30,6%, e salta para 34,6% em 2014. Esse crescimento foi generalizado para quase todas as regiões: na região Norte, a participação dos salários e dos benefícios passou de 46,6% em 2010, para 50,0%, em 2014; no Nordeste, de 51,9% para 53,7%; no Sudeste, de 48,7% para 50,1%; e no Sul, de 46,9% para 49,2%. No Centro-Oeste, houve uma queda de 51,5% para 51,1%.

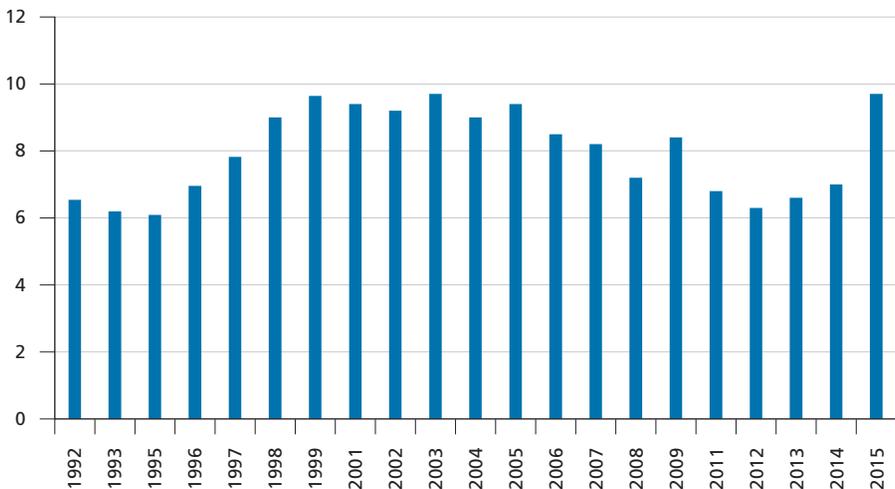
Por sua vez, a taxa de participação da força de trabalho se elevou neste início de século, passando a decair a partir de 2015 (Macedo e Porto, 2021), com comportamentos regionais distintos. Do mesmo modo, as ocupações no Brasil cresceram de forma a acompanhar o ritmo da atividade econômica. Nesse sentido, Baltar *et al.* (2010, p. 2) sugerem que “a diminuição da taxa de desemprego pode ser atribuída à redução na taxa de participação (relação entre a População Economicamente Ativa – PEA – e a População em Idade Ativa - PIA)”. No gráfico 1, percebe-se a reversão da tendência ascendente da segunda metade da década de 1990. As maiores quedas nessas taxas ocorreram no Sudeste e no Sul, entre os anos de 2001 e 2013. O Nordeste apresentou redução do desemprego a um ritmo menor que o do país. Até 2008, sua taxa de desemprego estava abaixo da média brasileira e, nos anos seguintes, ela passa a ficar acima da média nacional.

A taxa de desemprego decresceu em maiores proporções nas regiões metropolitanas (RMs), sobretudo naquelas localizadas no Sudeste e no Sul, embora

ainda apresentem taxas de desocupação acima da média nacional, em 2013, com exceção de Curitiba e Porto Alegre. Essa maior redução do desemprego nas RMs indica que, em período de crescimento, seu mercado de trabalho responde mais rapidamente, ainda que com menores taxas de expansão do PIB.

Noutro aspecto, a redução na desocupação foi acompanhada por uma melhoria na condição ocupacional. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, a participação da força de trabalho com carteira assinada no Brasil passou de 29,3% do total das pessoas ocupadas com mais de 10 anos de idade em 2002 para 39,8% em 2013. Ao longo desse período, houve crescimento; porém, em 2014 (com 39,1%) e em 2015 (38,6%), observa-se um declínio, reflexo da crise econômica.

GRÁFICO 1
Brasil: taxa de desemprego (1992-2015)
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE e Ipeadata.

O crescimento da ocupação com carteira assinada foi generalizado para todo o país. As regiões Norte e Nordeste continuaram com a menor participação dos trabalhadores nessa categoria. Na primeira, o peso dos trabalhadores com carteira assinada no total das ocupações passou de 20,1% em 2002 para 24,7% em 2013, enquanto no Nordeste esses números foram de, respectivamente, 16,4% e 25,9%. Seus níveis estiveram bem abaixo das participações do Sudeste (37,5% e 48,4%), Sul (33,0% e 45,5%) e Centro-Oeste (27,6% e 41,0%). Em todas as regiões, houve queda em 2014 e 2015, com exceções do Norte e do Nordeste, que ainda apresentaram ligeira ampliação em 2014.

Por fim, houve significativa queda da participação dos trabalhadores sem remuneração no total, sobretudo no Nordeste, que declinou de 13,4% em 2002 para 3,6% em 2013. Nesta região, mais de 2 milhões de trabalhadores saíram da condição de não remunerados entre esses dois anos assinalados. No mesmo período, apenas a região Norte apresentou aumento de participação nessa categoria, ampliando de 5,2% (em 2002) para 5,7% (em 2013).

3 COMPORTAMENTO RECENTE DA GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL NO BRASIL

Nos primeiros anos do século XXI, o emprego formal no país cresceu pelas razões já indicadas. De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), o estoque de vínculos ativos formais saiu de 26,2 milhões, no ano 2000, para 49,6 milhões, em 2014. Esse movimento representou crescimento médio anual de 4,7%, ficando acima da variação do PIB no mesmo período, que foi de 3,3% a.a. Os maiores percentuais foram verificados nas regiões Norte (6,9% a.a.), Nordeste (5,4% a.a.) e Centro-Oeste (5,3% a.a.). A região Sudeste teve o pior desempenho (4,1% a.a.), seguida pela região Sul (4,5% a.a.). Em suma, a desconcentração produtiva regional também representou uma desconcentração produtiva do emprego formal, como seria de se esperar.

Krein e Manzano (2014) apontam um conjunto de elementos que contribuíram para a melhora dos indicadores do mercado de trabalho no período, para além das ações de estímulo à economia do governo federal. Dentre elas, destacam-se: o aprimoramento do aparato regulatório; a consolidação das instituições e do marco legal definido na Constituição de 1988; as novas perspectivas e os novos programas das instituições públicas na área do trabalho; as políticas de incentivo à formalização e à simplificação promovidas pelo Estado; e a ampliação do poder de barganha dos sindicatos e dos trabalhadores.

Com isso, no pós-2003, o emprego formal cresceu a taxas mais elevadas que o crescimento da economia brasileira e do próprio ritmo de geração de empregos, medido pela evolução do pessoal ocupado (PO). Enquanto o estoque de PO no Brasil aumentou em 15,9 milhões entre 2003 e 2013, o do emprego formal cresceu em um total de 19,4 milhões. Esse desempenho representou um processo de melhora na qualidade do emprego. Em parte, ele também responde pela elevação da participação da renda do trabalho na demanda agregada. Ademais, a maior formalização habilitou os trabalhadores a terem acesso mais fácil ao crédito e às linhas de financiamento do sistema bancário comercial.

Em termos regionais, o Sul e o Nordeste apresentaram maior relação entre empregos formais gerados e novas pessoas ocupadas. A região Sul ampliou seu PO em 1,8 milhão, enquanto o número de registros na Rais cresceu em 3,2 milhões. Para o Nordeste, os números foram de 2,3 milhões e 3,8 milhões, respectivamente.

Por sua vez, a região Sudeste teve crescimento de 7,0 milhões (PO) e 9,2 milhões (vínculos ativos), e o Centro-Oeste teve crescimento aproximado das duas cifras, sendo 1,7 milhão de PO e 1,8 milhão de empregos registrados na Rais. Apenas a região Norte teve crescimento absoluto de empregos assinalados na Rais (1,4 milhão de novos vínculos), em ritmo menor do que o crescimento da PO (3,4 milhões).

Desse modo, o período 2002-2014 (esse último ano já de desaceleração) marca uma fase positiva de expansão do mercado de trabalho formal brasileiro. Não obstante, o período subsequente, de 2015 a 2018, inaugura uma nova fase, ainda em processo, com forte reversão do quadro anterior, dada a queda dos indicadores de emprego formal, sem que ainda tenham sido apontados indícios de retomada.

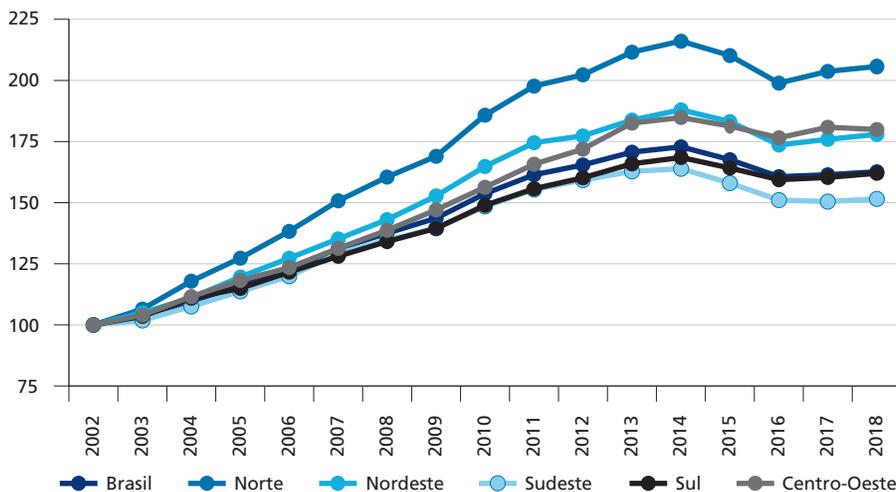
Conforme demonstrado no gráfico 2, o país apresentou queda brusca no número de empregos formais nos anos de 2015 e 2016, levando as cifras para os níveis do início da década. Já nos anos de 2017 e 2018, o mercado de trabalho formal se estabilizou, sem quedas abruptas, mas sem retomar os padrões anteriores. Em 2018, o estoque de empregos formais no país era de 46,6 milhões de vínculos ativos, algo 5,9% menor do que no ano de 2014. A queda chegou a ser de -7,1%, no ano de 2016, equivalente a uma perda de 3,5 milhões de empregos formais, entre 2014 e 2016, após dois anos de aumento expressivo das demissões e de elevação do desemprego no país.

Em termos regionais, o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste apresentaram maior expansão de empregos formais no período 2002-2014, contribuindo para maior desconcentração. Após o ano de 2015, essa relação começa a se alterar, conforme os diferentes impactos da crise econômica entre as regiões. A região Norte, que teve o maior ritmo de expansão no período 2002-2014, reduziu seu estoque de empregos formais em -4,8% entre 2014 e 2018, uma perda de 134 mil postos de trabalho. Já o Nordeste teve perda acumulada de 485 mil postos de trabalho no mesmo período, – uma redução de -5,3% dos vínculos ativos. Essa perda chegou a ser de -7,6%, no ano de 2016 em relação a 2014. Ou seja, a região sofreu os efeitos imediatos da crise econômica sobre o mercado de trabalho de forma mais intensa que a média do país, num primeiro momento (2015-2016), se recuperando nos anos subsequentes (2017-2018) e ficando com o resultado relativo acumulado mais favorável que o Brasil como um todo.

GRÁFICO 2

Brasil e macrorregiões: evolução do número de empregos formais (2002-2018)

(Em %)¹



Fonte: Rais/Ministério da Economia (ME).

Nota: ¹ 2002 = 100%.

A região Centro-Oeste apresentou maiores oscilações no período 2015-2018. Em relação ao ano de 2014, que foi o ápice do crescimento dos empregos formais, a região perdeu 115 mil postos de trabalho, sendo a menor redução do país até 2018 em termos relativos (-2,7%). Isso significa que os impactos da crise sobre o mercado de trabalho foram menores ali. Não obstante, o Centro-Oeste foi a única região que voltou a apresentar redução de seus postos de trabalho, no ano de 2018, após crescimento em 2017. O dado reflete, também, a dinâmica econômica dessa região, vinculada aos movimentos da demanda internacional de *commodities*.

As regiões Sul e Sudeste apresentaram os menores ritmos de expansão da geração de empregos formais, entre 2002 e 2014, com a segunda apresentando as menores taxas de crescimento. No período subsequente (de 2015 a 2018), o Sudeste apresentou o pior desempenho relativo entre as cinco macrorregiões brasileiras. Após 2014, a região perdeu 1,9 milhão de postos de trabalho – uma queda relativa de -7,6%. Da mesma maneira, no subperíodo de 2017 a 2018, o Sudeste foi a região com a pior capacidade de recuperação, cuja retomada foi de apenas 0,2 p.p. dos empregos perdidos em 2015 e 2016. A região Sul teve perda acumulada de 325 mil vínculos ativos nesse período de crise – uma queda de 3,8%. Seu desempenho só não é mais favorável do que o verificado na região Centro-Oeste. O principal destaque é o subperíodo 2017-2018, quando a região recuperou boa parte dos empregos perdidos no subperíodo 2015-2016.

A tabela 3 apresenta as taxas de crescimento do emprego formal no Brasil e em suas regiões, assim como sua distribuição regional nos diferentes períodos analisados. Entre 2002 e 2018, o país elevou o número de postos de trabalho formais a uma taxa média anual de crescimento de 3,1%. No período 2002-2014, esse crescimento havia sido de 4,7% a.a., enquanto no período subsequente (2015-2018) a queda foi de 1,0% a.a.

TABELA 3

Brasil e macrorregiões: taxas médias de crescimento anual do número de empregos formais e participação relativa (2002-2018)

(Em %)

Níveis territoriais	Taxas médias anuais de crescimento			Participação relativa		
	2002-2018	2002-2014	2015-2018	2002	2014	2018
Brasil	3,1	4,7	-1,0	100,0	100,0	100,0
Centro-Oeste	3,7	5,3	-0,3	8,1	8,7	9,0
Nordeste	3,7	5,4	-1,0	16,9	18,4	18,5
Norte	4,6	6,6	-0,7	4,5	5,7	5,7
Sudeste	2,6	4,2	-1,4	52,7	50,0	49,1
Sul	3,1	4,4	-0,4	17,7	17,2	17,6

Fonte: Rais/ME.

Entre as macrorregiões brasileiras, verificou-se o aumento da participação relativa das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Norte elevou sua participação na distribuição dos empregos formais do país em 1,2 p.p., no período 2002-2018, passando de 4,5% do total do país, em 2002, para 5,7%, em 2018. No período 2015-2018, a região apresentou perdas a um ritmo de 0,7% a.a., de modo que manteve a sua participação no total do país em relação ao ano de 2014 (que era de 5,7%).

O Nordeste passou de 16,9% do total de vínculos ativos formais do país, no ano de 2002, para 18,4% em 2014 (auge do crescimento) e para 18,5% em 2018, durante a crise. Esse resultado reflete as quedas mais acentuadas apresentadas pela região Sudeste, verificadas no período. Com efeito, o Nordeste apresentou perda de empregos formais a uma taxa de 1,0% a.a., similar à do Brasil. Entre as regiões, foi o segundo pior desempenho, ficando atrás apenas do Sudeste (queda de 1,4% a.a.), onde os efeitos da crise foram mais significativos.

O Centro-Oeste continuou elevando sua participação no total nacional de empregos formais, mesmo após a crise. Ao todo, a região elevou sua participação em 0,9 p.p., entre os anos de 2002 e 2018, passando de 8,1%, em 2002, para 8,7%, em 2014, e 9,0% em 2018. Na crise, a região foi a menos afetada, com queda de 0,3% a.a., entre 2015 e 2018.

O Sudeste apresentou desempenho relativo ainda mais sofrível. Perdeu posição no período de maior crescimento da economia (2002-2014) e continuou perdendo com a deflagração da crise (2015-2018). O estoque de empregos formais da região passou de 52,7% do total do país, em 2002, para 49,1%, em 2018, quando era de 50,0%, em 2014. Essa perda de 3,6 p.p. expressa a continuidade do processo de desconcentração dos empregos no país, motivada por fatores diferentes. Na fase de crescimento, apresentou as mais baixas taxas de expansão do emprego (4,2% a.a.) e, com a crise, ocorreram as maiores quedas, num ritmo negativo de 1,4% a.a.

Por sua vez, a região Sul voltou a recuperar participação relativa com a crise. Essa região, entre os anos de 2002 e 2014, passou de 17,7% do estoque de empregos formais do Brasil para 17,2%, resultado da segunda menor taxa de expansão do período (4,4% a.a.). No período 2015-2018, porém, voltou a recuperar participação com 17,6% do total de vínculos ativos em 2018. Esse resultado decorreu de um ritmo de perda menor do que em outras regiões (-0,4% a.a.), ficando atrás apenas do Centro-Oeste.

Em termos setoriais, verificaram-se mudanças importantes na estrutura do emprego formal e de sua distribuição entre as regiões, conforme dados da tabela 4. Entre os anos de 2002 e 2018, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ganharam participação relativa em todos os cinco grandes setores analisados. A única exceção é a perda de participação de 0,6 p.p. do Nordeste no setor agropecuário, em relação ao total dos empregos no setor nesse período.

TABELA 4

Participação relativa do número de empregos formais, segundo o setor de atividade econômica, por macrorregião (2002, 2014 e 2018)

(Em %)¹

Macrorregião	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
2002					
Centro-Oeste	4,6	7,7	7,8	9,1	12,7
Nordeste	13,0	18,8	14,8	18,8	17,2
Norte	3,3	4,9	4,2	5,1	2,8
Sudeste	53,4	52,9	54,5	52,1	50,8
Sul	25,7	15,6	18,7	14,8	16,5
2014					
Centro-Oeste	6,1	7,6	8,3	9,2	18,3
Nordeste	13,7	21,8	17,4	20,1	16,5
Norte	3,9	7,2	5,4	6,1	6,4
Sudeste	51,3	49,2	50,7	49,8	43,3
Sul	25,0	14,2	18,3	14,7	15,5

(Continua)

(Continuação)

Macrorregião	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
2018					
Centro-Oeste	6,5	8,2	8,4	9,3	19,5
Nordeste	13,9	19,2	17,3	20,4	16,6
Norte	3,7	6,0	5,4	6,3	6,6
Sudeste	49,9	50,5	50,3	48,8	42,3
Sul	26,0	16,1	18,6	15,1	15,0

Fonte: Rais/ME.

Nota: ¹ Brasil = 100%.

A região Norte se destacou com a melhora de sua participação no número de empregos formais da agropecuária, passando de 2,8% do total de vínculos ativos neste setor, em 2002, para 6,6% em 2018 (elevação de 3,8 p.p.). Esse desempenho refletiu a expansão do agronegócio exportador na região que apresenta maiores índices de formalização do trabalho, em decorrência do perfil das empresas que operam no setor. Em relação ao ano de 2014, o Norte perdeu participação relativa no setor da construção civil, com queda de 1,2 p.p. nesses quatro anos, sendo o setor mais afetado na região com a crise pós-2015.

O Nordeste foi a região que mais ampliou participação do emprego formal no setor de comércio (+2,5 p.p.) e de serviços (+1,6 p.p.) durante o período de 2002 a 2018. Em relação ao comércio, passou de 14,8% do total do país, em 2002, para 17,4%, em 2014, e 17,3%, em 2018. Nos serviços, as cifras foram de 18,8%, 20,1% e 20,4%, respectivamente. O desempenho desses setores no Nordeste é resultado direto das políticas adotadas no período, que favoreceram a expansão do consumo das famílias. Durante a crise, o destaque negativo vai para a perda de participação do setor da construção civil, com queda de 2,6 p.p. entre 2014 e 2018, repercutindo os impactos da retração de um setor tradicionalmente empregador.

A região Centro-Oeste tem destaque positivo com o aumento na participação do número de postos de trabalho da indústria (extrativa, transformação e Siup), durante o período analisado. Entre 2002 e 2018, os ganhos foram de 1,9 p.p., chegando a representar 6,5% dos empregos no setor em 2018, quando era de 4,6%, em 2002. Em parte, esse desempenho é resultante do aumento de empregos relacionados à agroindústria, e se deve também à expansão dos empregos formais vinculados à agropecuária da região, com ganho de 6,7 p.p. nesse período. Com efeito, a região passou a figurar com o maior número de postos de trabalho no setor, em 2018, superando o Nordeste e o Sul, que eram os maiores em 2002. Com a crise, o Centro-Oeste continuou ganhando participação relativa em todos os setores analisados, destacando-se a agropecuária.

O Sudeste perdeu participação no número de vínculos ativos em todos os cinco setores analisados entre 2002 e 2018. A indústria perdeu participação de 3,5 p.p. nesse período. A queda na construção civil foi de 2,4 p.p.; no comércio, de 4,3 p.p.; e nos serviços, de 3,3 p.p. Na agropecuária, verificou-se uma queda de 8,5 p.p., influenciada pelas mudanças produtivas no cultivo da cana-de-açúcar, cada vez menos demandante de mão de obra. Com o advento da crise, a região continuou perdendo participação setorial dos empregos no pós-2015. No entanto, houve ganhos de participação da construção civil, que recuperou 1,4 p.p. dos empregos formais entre 2014 e 2018.

Por fim, a região Sul se destaca pela perda de participação dos empregos formais do setor agropecuário durante todo o período analisado. Entre os anos de 2014 e 2018, verificaram-se ganhos importantes na indústria, com aumento de 1,0 p.p., e na construção civil, com aumento de 1,9 p.p., passando de 14,2% dos empregos em 2014 para 16,1% em 2018.

Em termos gerais, é possível dizer que o período de maior crescimento econômico (2002-2014) promoveu maiores transformações na estrutura setorial dos empregos formais entre as regiões brasileiras. Com a crise econômica, os efeitos recessivos sobre o mercado de trabalho foram generalizados, afetando mais ou menos igualmente todos os setores, em todas as regiões. A principal exceção é o caso da construção civil, bastante afetada com a crise, representando a maior redistribuição do número de postos de trabalho entre as regiões, inclusive com a reconcentração no Sudeste.

4 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR MRGs (2002-2018)

A análise se complementa com um panorama do que aconteceu com o emprego formal no âmbito das MRGs nesse período. Considera-se, inicialmente, a tipologia sub-regional da PNDR aplicada às MRGs, conforme os parâmetros atualizados por Macedo e Porto (2018). Seu desempenho pode ser observado na tabela 5, para todo o período analisado (2002-2018).

TABELA 5

Taxas médias de crescimento anual do número de empregos formais e participação relativa, segundo a tipologia sub-regional da PNDR (2002-2018)
(Em %)

Tipologia da PNDR	Crescimento médio anual			Participação relativa		
	2002-2018	2002-2014	2015-2018	2002	2014	2018
Alta renda	2,8	4,4	-1,3	78,2	76,1	75,1
Baixa renda	4,3	5,6	0,6	2,8	3,1	3,3
Dinâmica	4,4	6,1	-0,4	6,0	7,0	7,2
Estagnada	3,7	5,1	-0,3	13,1	13,8	14,3

No ano de 2018, as MRGs de alta renda concentravam 75% dos empregos formais do país, com 35 milhões de vínculos ativos, sendo as únicas que perderam participação relativa durante o período analisado. Esse grupo apresentou a menor taxa de crescimento dos postos de trabalho, com ritmo menos acelerado na fase de maior crescimento, entre 2002 e 2014, e com maior queda no período da crise, entre 2015 e 2018. As MRGs de baixa renda, que foram alvos prioritários de políticas públicas, elevaram a sua participação no número de empregos formais, mesmo no período da crise econômica. Esse foi o único grupo a apresentar crescimento positivo entre 2015 e 2018, tendo apresentado cifra negativa apenas em 2016, quando perdeu mais de 90 mil postos de trabalho em relação a 2015. Em 2018, seu estoque de empregos formais foi de 1,5 milhão de vínculos ativos.

No caso das MRGs dinâmicas, houve redução do número de vínculos ativos formais, entre 2015 e 2018, com um dos piores resultados entre os quatro grupos, demonstrando freio justamente nas áreas que lideravam o crescimento no período anterior. Entre 2002 e 2014, as MRGs dinâmicas elevaram sua participação relativa no total do país. Em 2018, seu resultado decorre do péssimo desempenho das MRGs de alta renda. Por sua vez, as MRGs estagnadas elevaram sua participação no total de empregos formais do país durante o período analisado. Em 2002, respondiam por 13,1% dos postos de trabalho, passando para 14,3% em 2018.

O desempenho desses quatro grupos reforça o padrão verificado em outros níveis territoriais de observação para esse período recente, já que, de 2015 a 2018, o processo de desconcentração dos postos de trabalho decorreu, sobretudo, dos impactos da crise econômica sobre as áreas de maior adensamento econômico do país. Assim, há um processo diferenciado em relação ao período anterior, quando a redistribuição dos vínculos ativos acompanhava o processo de desconcentração econômica regional promovida pelo bom desempenho das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

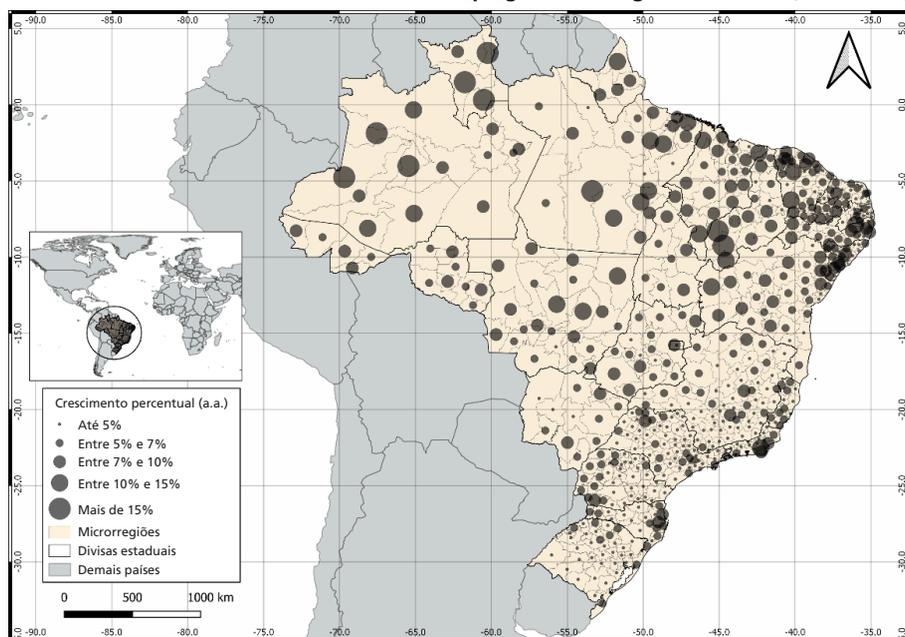
4.1 O desempenho entre as MRGs no período 2002-2014

De acordo com os dados da Rais, o Brasil possuía 28,7 milhões de vínculos ativos em 31 de dezembro de 2002, passando para 49,6 milhões no ano de 2014. Houve, portanto, crescimento de pouco mais de 70% em doze anos, equivalente à taxa média anual de 4,7%. Em outra medida, verificaram-se comportamentos diferenciados pelo território brasileiro, segundo as MRGs. No ano de 2014, a MRG São Paulo apresentou o maior contingente de vínculos ativos na Rais, com 6,1 milhões de registros, ou 12,4% do emprego formal no país. Em seguida, aparece a MRG Rio de Janeiro, com 3,5 milhões de postos de trabalho, ou 7,1% do total.

As maiores participações correspondem às MRGs onde estão situadas as principais aglomerações urbanas do país. Por exemplo, as vinte maiores participações

representavam 50% do total de empregos formais do Brasil, em 31 de dezembro de 2014. Desse grupo, dez MRGs registraram perda de participação no total de empregos formais do país, com relação ao mesmo período de 2002. O fato decorre do menor ritmo de expansão do emprego formal nessas unidades (mapa 1). A maior redução foi na MRG São Paulo, com queda de 1,3 p.p. no período 2002-2014.

MAPA 1
Taxas de crescimento médio anual do emprego formal, segundo as MRGs (2002-2014)



Fonte: Rais/ME.

De outro modo, as MRGs de Manaus (Amazonas) e de Sorocaba (São Paulo) apresentaram as maiores taxas de crescimento do grupo, com médias anuais de 6,5% e 5,9%, elevando sua participação de 0,9% para 1,1%, e de 0,7% para 0,8%, respectivamente. Também se deve destacar a predominância das MRGs do estado de São Paulo nesse grupo, com sete unidades que correspondiam a 18% do total do país, no ano de 2014.

Quando se observam os níveis de crescimento do emprego formal, entre os anos de 2002 e 2014, verifica-se um comportamento divergente da concentração apontada no parágrafo anterior. Por tal critério, demonstrado no mapa 1, evidenciou-se que os melhores desempenhos ocorreram fora dos grandes núcleos urbanos do país e das áreas de desenvolvimento mais consolidado.

Com efeito, foram as MRGs do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste que apresentaram os maiores ritmos de expansão do emprego formal no período. A taxa média de crescimento anual entre as MRGs foi de 5,9%, e o coeficiente de variação (CV) foi de 54%. Logo, seu comportamento foi heterogêneo pelo território nacional.

Em termos de crescimento relativo, o desempenho menos favorável foi na MRG de Chorozinho, no estado do Ceará, com queda de 7,6% a.a. O mais favorável ocorreu na MRG Nordeste de Roraima, com acréscimo de 36,1% a.a. Em alguns casos, as taxas elevadas de crescimento são decorrentes da pequena base de comparação no início do período, como ocorre com a própria MRG Nordeste de Roraima, e com a MRG Japurá, no Amazonas (30,7% a.a.). No primeiro caso, havia setenta vínculos ativos no ano de 2002, passando para 2,8 mil no final do período. No segundo, eram apenas 32 vagas de empregos formais em 2002, elevando-se para 796 em 2014.

Impressiona o volume de crescimento da MRG Boa Vista (Roraima), com 58 mil novos postos de trabalho no período, equivalente a um crescimento de 9,9% a.a. Em seguida, aparece a MRG Parauapebas, no sudeste do Pará, cuja base é fortemente atrelada à indústria extrativa para exportação, com acréscimo de 56,6 mil postos de trabalho (14% a.a.). Outros casos de destaque são: Alto Teles Pires, em Mato Grosso, com 52,5 mil (12,1 % a.a.) novos postos de trabalho; Altamira, no Pará, com 52 mil (17,2% a.a.); e Barreiras, na Bahia, com 46,8 mil (10,9% a.a.). Notadamente, trata-se de áreas cujo dinamismo econômico esteve atrelado à produção de *commodities* para exportação.

Em valores absolutos, a MRG São Paulo respondeu por 2,2 milhões de novos postos de trabalho no período estudado. Isso significa que 10,5% do incremento verificado se concentrava naquela MRG, fatia que mostra a sua relevância na geração de empregos do país. A MRG Rio de Janeiro aparece em seguida, com 1,2 milhão de novas vagas, correspondendo a 5,8% dos novos postos de trabalho.

Apenas três MRGs apresentaram queda no número de empregos formais no período de 2002 a 2014: MRG Chorozinho (Ceará), com redução de 60% dos postos de trabalho formais, ou menos 6,3 mil vínculos ativos; Litoral Nordeste (Rio Grande do Norte), com queda de 2,5 mil vagas; e Piedade (São Paulo), com redução de 3,5 mil empregos formais, equivalente a uma queda de 10%. De maneira geral, as MRGs pertencentes às regiões Sul e Sudeste tiveram ritmo de crescimento mais lento que outras áreas do país, figurando com as menores taxas.

4.2 O desempenho do emprego formal por MRG no período 2015-2018

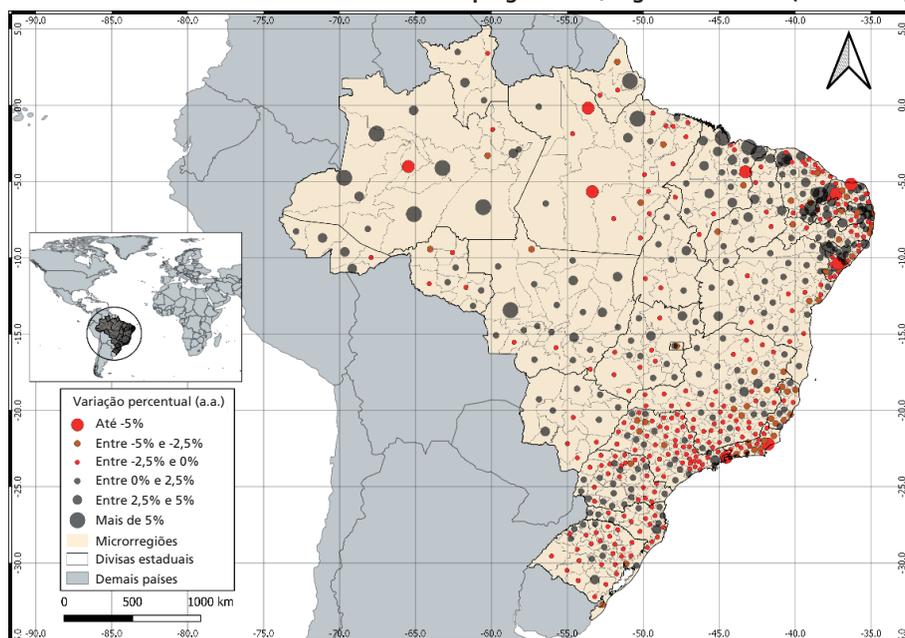
Conforme vem sendo demonstrado, o ano de 2014 correspondeu ao maior nível do estoque de empregos formais no Brasil, com 49,6 milhões de postos de trabalho.

Não obstante, a crise observada nos anos subsequentes teve fortes impactos sobre os empregos formais no país, como mostra a evolução recente dos vínculos ativos: estes diminuíram de 48,1 milhões, em 2015, para 46,1 milhões, em 2016. A seguir, atingiram 46,3 milhões, em 2017, e 46,6 milhões, em 2018. A perda de 3,5 milhões de postos de trabalho (ou -7,1%) nos dois primeiros anos da série recente (2015-2016) evidencia o tamanho do impacto da crise sobre o mercado de trabalho formal no país. O fraco desempenho dos dois anos seguintes (2017 e 2018), com a retomada de 570 mil postos de trabalho – apenas 16% dos empregos perdidos –, revela a dificuldade de recuperação e o prolongamento da crise.

Em relação a 2014, a MRG Altamira (Pará) apresentou o maior ritmo de redução dos postos de trabalho no período recente, com queda de 50,4% dos vínculos ativos. Essa MRG havia saltado de apenas 9 mil postos de trabalho formais, no ano de 2002, para 61 mil, em 2014, muito em função das obras da usina de Belo Monte. Em 2018, seu estoque de empregos formais caiu para 30 mil vínculos ativos, e essa perda expressa tanto o impacto da crise sobre os investimentos públicos como a própria maturação das obras de infraestrutura iniciadas no período anterior.

MAPA 2

Taxas de crescimento médio anual do emprego formal, segundo as MRGs (2015-2018)



Fonte: Rais/ME.

Obs.: Dados de 2014 equivalem a 100.

Outras quedas significativas, em termos relativos, foram verificadas em MRGs de diferentes áreas do país, com diversas bases produtivas e dinâmicas distintas. Depois da MRG Altamira (Pará), as maiores perdas foram verificadas nas MRGs de Tefé, no Amazonas (-31,1%); Macau, no Rio Grande do Norte (-29,7%); Nossa Senhora das Dores, em Sergipe (-28,2%); Médio Oeste, no Rio Grande do Norte (-24,3%); além de Baía da Ilha Grande e Macaé, ambas no Rio de Janeiro, com perdas de 20,6% e 20,0%, respectivamente. Apesar da pequena base comparativa, chama atenção a quantidade de MRGs do Rio Grande do Norte figurando entre as maiores quedas, com a MRG Vale do Açu (-17,5%) também presente nesse grupo.

O desempenho das MRGs situadas no estado do Rio de Janeiro demonstra o tamanho do impacto da crise econômica sobre a indústria petrolífera. Além dos casos de Baía da Ilha Grande e Macaé, com reduções de 10,9 mil e 31,2 mil postos de trabalho, entre 2014 e 2018, respectivamente, também aparecem as MRGs Itaguaí e Campos dos Goytacazes, com altas cifras negativas. A primeira apresentou queda de 15,9%, equivalente a quase 10 mil postos de trabalho. Para a segunda, a redução foi de quase 20 mil vínculos ativos, correspondendo a 15,5% de seu estoque de empregos formais em 2014.

A MRG Rio de Janeiro expressa o péssimo desempenho apresentado pelas MRGs do mesmo estado. Em valores absolutos, apresentou as maiores perdas do país, com quase meio milhão de postos de trabalho a menos em quatro anos. Essa queda correspondeu a um percentual de 14,2% em relação a 2014. Destaca-se, ainda, que a MRG não apresentou recuperação no subperíodo de 2017 a 2018, mantendo sua trajetória de queda em todo esse período.

Ainda em valores absolutos, a MRG São Paulo aparece logo em seguida, com uma redução de 487 mil postos de trabalho entre 2014 e 2018, equivalente a uma queda de 8,0%. Contudo, essa MRG voltou a apresentar crescimento em 2018, se comparado a 2017. Com efeito, seu estoque de empregos formais evoluiu da seguinte maneira: 6,1 milhões, em 2014; 5,9 milhões, em 2015; 5,7 milhões, em 2016; 5,6 milhões, em 2017; e 5,6 milhões, em 2018, sendo que houve um ganho de 44 mil novos postos nesse último ano.

Após a MRG São Paulo, aparecem as principais aglomerações urbanas do país, com grandes perdas verificadas nas seguintes MRGs: Belo Horizonte, em Minas Gerais (-219 mil); Recife, em Pernambuco (-147 mil); Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (-140 mil); Brasília, no Distrito Federal (-129 mil); Salvador, na Bahia (-120 mil); Fortaleza, no Ceará (-80 mil); Curitiba, no Paraná (-71 mil); e Osasco, em São Paulo (-62 mil). Juntas, as dez MRGs que correspondem às maiores perdas nacionais somaram uma redução de quase 2 milhões de postos de trabalho. Ou seja, praticamente dois terços dos vínculos ativos que o país perdeu no período

2015-2018 ocorreram nas suas principais aglomerações urbanas, aprofundando a crise das metrópoles.

Essa dinâmica negativa concentrada nos grandes centros urbanos se evidencia ainda mais quando se nota que 248 MRGs (44,5% do total) apresentaram crescimento no período 2015-2018. Entretanto, com bases muito pequenas, o ganho total de novos postos de trabalho dessas MRGs, com relação ao ano de 2014, foi de pouco mais de 310 mil empregos formais. Esse ganho representou algo muito inferior, portanto, às perdas verificadas nas grandes aglomerações urbanas, mas revela as condições do mercado de trabalho nas diferentes porções do território nacional, com o reflexo da sustentação dada pelas áreas de expansão do agronegócio. Entre os principais ganhadores, em termos absolutos, destacam-se as MRGs⁷ de Parecis, em Mato Grosso, com mais 8,2 mil vínculos ativos; Toledo, no Paraná, com 8 mil; Entorno de Brasília, em Goiás, com 7 mil; Itajaí, em Santa Catarina, com 6,7 mil; e Pouso Alegre, em Minas Gerais, com 6 mil. Em valores relativos, destacam-se: Serra do Pereiro, no Ceará, com aumento de 57,8%; Alto Solimões, no Amazonas, com 43,8%; Japurá, também no Amazonas, com 43,7%; Chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte, com 40,9%; e Coari, no Amazonas, com 34,3%.

O desafio que se apresenta é que, em se prolongando a crise com seus efeitos principais nas RMs, a situação do desemprego tende a se agravar ou a perdurar por bastante tempo. Isso significa que, assim como no período de maior crescimento econômico, a taxa de desemprego decresceu em maiores proporções nas RMs (Macedo e Porto, 2021), como assinalado na segunda seção. Aqui ficou evidente que, com a crise, essas regiões foram as mais duramente afetadas, o que aprofundou a reversão do desempenho do mercado de trabalho, em relação ao período 2002-2014. Em outro aspecto, o quadro também desponta para a desconcentração dos empregos formais no país, em decorrência do mau desempenho das áreas com os maiores estoques de vínculos ativos – fenômeno que se verificou em outras escalas da análise.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo analisou a evolução regional do emprego formal no Brasil, considerando diferentes níveis de agregação regional e tipos de atividade econômica, em dois recortes temporais: os períodos 2002-2014 e 2015-2018. A abordagem regional e multiescalar usada se baseou nos princípios formulados pela PNDR. Procurou-se discutir as especificidades da reativação do mercado de trabalho na primeira década do século XXI e seu impacto regional na geração de empregos,

7. A MRG Fernando de Noronha (Pernambuco) também apresentou crescimento de 35,2%, no período, com um ganho de 422 novos postos de trabalho.

bem como suas repercussões no período mais recente (2015-2018) de agravamento dos efeitos da crise econômica.

O texto evidenciou as maneiras como os mercados de trabalho regionais reagiram aos ciclos econômicos recentes, permitindo observar dinâmicas próprias a cada região e em diferentes escalas. Durante o período investigado, a desconcentração produtiva regional do Brasil se manteve. Do ponto de vista setorial, essa desconcentração obedeceu tanto ao ritmo de crescimento das atividades econômicas, que apresentam especializações regionais, quanto aos resultados das políticas públicas implementadas no pós-2003. Com isso, o desempenho do mercado de trabalho no Brasil apresentou vetores importantes para a melhoria das condições de vida no país, movidos pela política de valorização do salário mínimo e pelo crescimento da formalização do trabalho.

O emprego formal cresceu a taxas mais elevadas que o crescimento da economia brasileira e do próprio ritmo de geração de empregos, dado pelo aumento da população ocupada. Entre 2002 e 2014, verificou-se uma fase positiva de expansão do mercado de trabalho formal no país. Não obstante, após o ano de 2014, o mercado de trabalho brasileiro apresenta novo quadro, ainda em curso, com forte reversão em relação a seu comportamento no período anterior. Entre 2015 e 2018, em decorrência da grave crise econômica e política no país, verificou-se a queda dos indicadores do emprego formal, sem que ainda houvesse indícios de retomada.

Em resumo, no período de maior crescimento econômico (2002-2014), verificaram-se transformações mais amplas na estrutura setorial dos empregos formais entre as regiões brasileiras. Com a crise econômica, os efeitos recessivos sobre o mercado de trabalho foram generalizados, afetando mais ou menos igualmente todos os setores e todas as regiões. Seus efeitos sobre o mercado de trabalho brasileiro marcam a inflexão de sua trajetória recente também em seus aspectos regionais. Esse período em curso parece inaugurar um novo conjunto de determinações e de condicionantes estruturais do mercado de trabalho, que estão a redefinir sua trajetória futura.

No âmbito das MRGs, aquelas áreas definidas como prioritárias da política regional – MRGs estagnadas e de baixa renda – foram afetadas, principalmente, pela queda do valor das remunerações, mas também pela redução de crescimento dos empregos formais, considerando seu ganho de participação relativa no período. Isso ocorre porque os efeitos da crise foram mais evidentes nas MRGs dinâmicas e de alta renda, seja pela inversão de seu ritmo de crescimento, seja porque nessas áreas se concentrava o maior estoque de emprego formal do país, como é o caso das RMs. Com a crise econômica no pós-2015, seus impactos sobre o mercado de trabalho se deram sobre as áreas de maior adensamento econômico, aprofundando o processo de desconcentração regional dos empregos formais.

REFERÊNCIAS

- AMITRANO, C. R. **Um mapa setorial do emprego e dos salários a partir dos dados da Rais**. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2033).
- BALTAR, P. *et al.* Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. **GLU**, 9 maio 2010. (Global Labour University Working Papers, n. 9).
- BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. especial, p. 729-747, dez. 2012.
- KREIN, J. D.; MANZANO, M. **Estudo de caso**: Brasil. Brasília: OIT, 2014. (Notas sobre a formalização). Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_245624.pdf>.
- MACEDO, F. C. **Inserção externa e território**: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). 2010. Tese (Livre-Docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- _____. Economia, transformações territoriais e infraestrutura no Brasil. **Conjuntura e Planejamento**, p. 43-52, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/cep/cep_188.pdf>.
- MACEDO, F. C.; ANGELIS, A.. Guerra fiscal dos portos e desenvolvimento regional no Brasil. **Redes**, v. 18, n. 1, p. 185-212, mar. 2013.
- MACEDO, F. C.; PORTO, L. R. **Proposta de atualização das tipologias da PNDR**: nota metodológica e mapas de referência. Brasília: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2414).
- _____. **Evolução regional do mercado de trabalho no Brasil (2000-2018)**: apontamentos para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Brasília: Ipea, 2021. (Texto para Discussão, n. 2652).
- MACEDO, F.; PIRES, M.; SAMPAIO, D. 25 anos de Fundos Constitucionais de Financiamento no Brasil: avanços e desafios à luz da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **EURE**, Santiago, v. 43, n. 129, p. 257-277, 2017. Disponível em <https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612017000200012&script=sci_arttext>.
- PORTO, R. L.; MACEDO, F. C. Desempeño regional del mercado de trabajo formal en Brasil (2002-2018). **Semestre Económico**, v. 24, n. 56, p. 299-323, 2021. Disponível em: <<https://revistas.udem.edu.co/index.php/economico/article/view/3731/3323>>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALTAR, P. **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil**. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2036).

MACEDO, F. C.; ANGELIS, A.; GOULARTI, J. G. **Sobre o uso dos dados de comércio exterior do MDIC nos estudos regionais no Brasil**. Campinas: Cede, 2015. (Nota de pesquisa, n. 3). Disponível em: <<http://integracaocerrado.com.br/wp-content/uploads/2016/03/NOTA-DE-PESQUISA-3-Portugu%C3%AAs.pdf>>.